



03 DE ABRIL DE 2018 Terça-feira

- APÓS AVALIZAR VOLTA DO IMPOSTO SINDICAL, SECRETÁRIO É EXONERADO
- EDITORIAL: FANTASMA SINDICAL
- MP QUE FAZ AJUSTES NA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA CORRE RISCO DE PERDER VALIDADE, AVALIAM PARLAMENTARES
- MP TRABALHISTA PODE SER COLOCADA EM VOTAÇÃO NO SENADO, DIZ EUNÍCIO
- MP NÃO É NECESSÁRIA PARA GARANTIR VALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA, DIZ MAIA
- MP QUE ALTERA PONTOS DA REFORMA TRABALHISTA CORRE O RISCO DE PERDER A VALIDADE
- UM TERÇO DOS DESEMPREGADOS SOBREVIVE COM BICOS E TRABALHOS TEMPORÁRIOS
- RSB 43 - PERSPECTIVAS PARA AS ELEIÇÕES DE 2018
- CONGRESSO DEVE DERRUBAR VETO AO REFIS DAS PEQUENAS EMPRESAS, PREVÊ EUNÍCIO
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA AUMENTOU 0,5% EM FEVEREIRO, MOSTRA CNI
- EM FEVEREIRO, PRODUÇÃO INDUSTRIAL VARIOU 0,2%
- NÍVEL DE ATIVIDADE DA INDÚSTRIA PAULISTA SOBE 0,8% EM FEVEREIRO
- CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA RECUA PARA 78% EM FEVEREIRO
- PMI INDUSTRIAL DO BRASIL SOBE A 53,4 EM MARÇO, REVELA IHS MARKIT
- EXPORTAÇÕES CRESCEM POR CINCO TRIMESTRES CONSECUTIVOS
- ESPECIALISTAS DEFENDEM PAUTA COMUM DO MERCOSUL PARA NEGOCIAR COM A UNIÃO EUROPEIA
- TEMER: 'ESTREITAMENTO DOS LAÇOS ENTRE BRASIL E MUNDO ÁRABE ME É CARO'
- EDITORIAL: O CRESCIMENTO DA DEMANDA

- VENDAS NO BRASIL EM FEVEREIRO TÊM ALTA DE 4% ANTE FEVEREIRO DE 2017
- VENDAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO VAREJO CRESCEM 2% EM MARÇO, DIZ ANAMACO
- ESPERO QUE UM NOVO BRASIL SURJA EM 2019, DIZ RABELLO EM FÓRUM
- ARTIGO: BONDES NÃO VOLTARÃO, MAS É PRECISO REAVIVAR FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA
- BRASIL TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE US\$ 6,281 BI EM MARÇO
- BC ESTÁ TRABALHANDO PARA REDUZIR CUSTO DO CRÉDITO, DIZ ILAN
- ILAN: PAÍS PRECISA CONTINUAR COM AJUSTES E REFORMAS PARA MANTER INFLAÇÃO BAIXA
- CONDIÇÕES ESTÃO DADAS PARA QUEDA DAS TAXAS BANCÁRIAS, DIZ ILAN
- FGV: IPC-S GANHA FORÇA EM 5 DAS 7 CAPITAIS AVALIADAS NA 4ª QUADRISSEMANA DE MARÇO
- STARTUP QUE INCENTIVA FEEDBACKS EM EMPRESAS É ACELERADA NO VALE DO SILÍCIO
- ANGLO AMERICAN PRECISARÁ DE 90 DIAS PARA INSPECIONAR VAZAMENTO EM MINERODUTO NO BRASIL
- ETANOL SOBE EM 19 ESTADOS; PREÇO MÉDIO NO BRASIL TEM ALTA 0,49%
- IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS CRESCE 48% APÓS FIM DO INOVAR AUTO
- BMW MOTORRAD TERÁ PEÇAS DE REPOSIÇÃO IMPRESSAS EM 3D
- VOLARE DEIXA A FÁBRICA DE PLANALTO E PASSA A PRODUIR EM ANA RECH

CÂMBIO		
EM 03/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,320	3,321
Euro	4,0707	4,072

Fonte: BACEN

Após avaliar volta do imposto sindical, secretário é exonerado

03/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Demissão de secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, será publicada nesta terça (3)



Carteira de Trabalho - Gabriel Cabral-6.dez.2017 / Folhapress

O secretário de Relações do Trabalho, Carlos Cavalcante Lacerda, que emitiu nota técnica a favor da contribuição sindical foi exonerado nesta segunda-feira (2).

Segundo a **Folha** apurou, a demissão de Lacerda será publicada no Diário Oficial desta terça-feira (3).

O detonador da demissão foi o aval à volta do imposto sindical após realização de assembleia, conforme mostrou reportagem publicada pela Folha nesta segunda. Lacerda é subordinado ao ministro do Trabalho, Helton Yomura.

A AGU (Advocacia-Geral da União) deve emitir documento no qual afirma que a nota técnica de Lacerda é inconstitucional.

A Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho já elaborou parecer desautorizando o entendimento do secretário.

O parecer, do dia 29 de março, diz que o enunciado da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) que defende a cobrança do imposto após realização de assembleia "não tem valor legal".

O documento da área jurídica afirma também que "não que se falar em retirar do participante a competência individual para decidir sobre a contribuição sindical". "De mais a mais, delegar tal competência às assembleias é ir de encontro à lei."

A nota técnica nº 2/2018, de Lacerda, foi emitida no dia 16 de março.

Lacerda relatou à **Folha** que mais de 80 sindicatos solicitaram sua manifestação. Disse ainda que o documento serve para as entidades "embasarem o entendimento de que a assembleia é soberana".

Na nota técnica, Lacerda afirmou que seu órgão tem competência para emitir manifestações técnicas sobre legislação sindical e trabalhista.

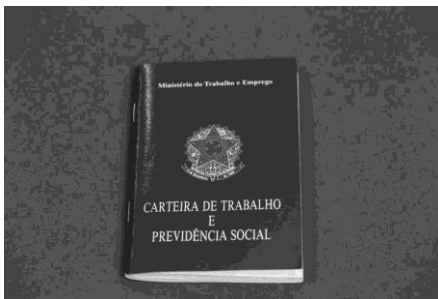
Ele é ligado à Força Sindical e filiado ao Solidariedade, partido do deputado federal Paulinho da Força (SD-SP).

A **Folha** procurou Lacerda, mas não obteve contato.

Editorial: Fantasma sindical

03/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Por ação e omissão, governo e Congresso elevam incerteza acerca da reforma trabalhista



Carteira de Trabalho e Previdência Social; em nota técnica, Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, defendeu a cobrança do imposto sindical - Gabriel Cabral/Folhapress

Na falta de ideias melhores para atrair associados e contribuições voluntárias, sindicatos tentam manter de pé, como uma espécie de zumbi trabalhista, o imposto que os sustentou por décadas —extinto, no ano passado, pela reforma da CLT.

Realizam-se assembleias, com a presença de alguns integrantes das categorias, nas quais se aprova a cobrança do tributo; daí se demanda que as empresas do setor recolham os recursos para as entidades. A estratégia mambembe ganha, agora, o inusitado apoio do Ministério do Trabalho.

Em nota técnica, a pasta, devidamente aparelhada pelo sindicalismo, considerou que tais resoluções coletivas bastam para que os trabalhadores representados sejam obrigados ao pagamento.

É evidente que uma mera nota de ministério não pode sobrepor-se a uma lei aprovada pelo Congresso. E esta não deixa dúvidas: "O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal". Assim estabelece a nova redação do artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho. Não parece crível que a canhestra tentativa de driblar a norma vá prosperar. Trata-se, de todo modo, de mais uma incerteza a rondar a reforma, em vigor desde novembro.

Outra fonte de dúvidas é o Congresso, que não se mobilizou para votar a medida provisória 808, editada para promover ajustes negociados na legislação.

A base governista resiste em voltar ao tema, em ano eleitoral e sob pressões pela volta do imposto sindical. Nada menos que 967 emendas foram apresentadas à MP, num indicativo dos riscos da votação.

Sem ela, perecerão aperfeiçoamentos destinados a proteger os assalariados —caso da fixação de um período mínimo de 18 meses a ser respeitado entre uma demissão e a recontração pela modalidade de trabalho intermitente.

Pretende-se, com a regra, evitar que empresas forcem mudanças em massa na condição legal de seus funcionários.

Além de outras normas para coibir a precarização dos empregos, o texto em tramitação contém dispositivo a determinar que a reforma vale também para os contratos que estavam em vigor antes de sua promulgação. Sem essa clareza, as interpretações ficarão a cargo dos juízes trabalhistas.

Já se sabia que o redesenho da septuagenária CLT não se daria sem conflitos e disputas jurídicas. Por ação e omissão, porém, governo e Congresso estão ampliando a margem para contestações. Fica prejudicado, assim, o objetivo maior de facilitar a criação de vagas com carteira assinada.

MP que faz ajustes na nova legislação trabalhista corre risco de perder validade, avaliam parlamentares

03/04/2018 – Fonte: G1

Texto perde vigência no próximo dia 23, mas comissão destinada a analisá-lo está sem presidente e relator. Base aliada fala em 'confusão' no colegiado; oposição diz não haver interesse do governo.

MP com ajustes na reforma trabalhista pode perder a validade sem ser votada



A medida provisória que promove mudanças na lei da reforma trabalhista corre o risco de não ser votada a tempo no Congresso e perder a validade, avaliam parlamentares da base governista e da oposição.

A MP entrou em vigor em novembro do ano passado – mês em que a nova lei passou a valer. O prazo para que o Congresso vote a medida se encerra no próximo dia 23.

No entanto, a comissão mista (composta por deputados e senadores) destinada a analisar a proposta está sem presidente e relator, a quem cabe analisar as cerca de mil emendas (possíveis modificações), apresentadas pelos parlamentares.

Em 19 de março, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), enviou comunicado à comissão, no qual informava que o “prazo final” para a Casa receber a MP da comissão mista – a tempo de discutir, votar e encaminhar para o Senado – se encerra nesta terça-feira (3).

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), “não há interesse” do governo e da base aliada em fazer ajustes à legislação.

“A MP atenuava, de forma muito pálida, alguma coisa em relação ao que foi aprovado. Mas eu já sabia que aquilo ali [a MP] era para inglês ver. Está aí o resultado, não tem saída [...]. O governo e seus aliados deixaram a coisa caducar”, disse Paim.

Para ele, os senadores sofreram um “calote” do governo. Ele se refere a um acordo, costurado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), com a base governista, para que o texto fosse aprovado com rapidez.

Pelo combinado, o governo editaria a MP promovendo as mudanças defendidas pelos senadores na reforma trabalhista. Estes evitariam modificações ao texto durante a análise no Senado, o que poderia atrasar a entrada em vigor das novas regras.

Em entrevista a jornalistas, Jucá disse que o compromisso do governo era editar a MP, o que foi feito.

“Se a medida provisória não for aprovada, não é mais responsabilidade do governo”, disse o emedebista no mês passado.

Vice-líder do governo no Congresso, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) nega falta de interesse governista no assunto e enumera outros fatores para a estagnação da MP.

Ele atribui a paralisia à "confusão" nas indicações para os principais cargos da comissão mista, ao ano eleitoral e ao fato de que a legislação ainda precisa, na avaliação dele, "maturar".

"Os deputados queriam indicar o relator da reforma trabalhista na Câmara, Rogério Marinho (PSDB-RN), para relatar a MP na comissão. O pessoal não aceitou. O presidente da comissão, Gladson Cameli (PP-AC), renunciou. Então não vai dar tempo", opinou Mansur.

"Há questões pertinentes, como a questão das gestantes e lactantes, mas a gente se preocupa com uma eventual volta do imposto sindical e outros penduricalhos. Então, temos que deixar a lei funcionar, deixar ter resultado. Se tiver algum problema, vamos mexer, mas não precisa ser agora. A lei já está dando resultados", acrescentou.

Desde a renúncia de Cameli, em 14 de março, a comissão está sem presidente. Não há novas reuniões agendadas.

Maia: 'Não controlo a agenda do Congresso'

Questionado se há alguma previsão de colocar a MP em votação na comissão mista, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que não cabe a ele decidir sobre data de votação no colegiado.

"A comissão é Congresso, não é Câmara. Eu não posso responder porque não sou eu que controlo a agenda do Congresso", afirmou.

Maia defende a legislação aprovada pelo Congresso no ano passado, sem as modificações promovidas pela MP.

"A gente estava andando para trás com a medida provisória. Se não for aprovada, claro que se ela fosse aprovada na comissão a gente votaria no plenário. Mas não aprovada, nós voltamos ao texto anterior, que é o texto que nós defendemos", disse o presidente da Câmara. Já o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), que também preside o Congresso, declarou que, se a MP não for encaminhada pela Câmara, não há o que ele possa fazer. "Se ela chegar até 7 dias antes [de perder a validade] aqui no Senado, eu obviamente pautarei para que o Senado decida se aprova ou reprovava a matéria. Se a Câmara não encaminhar, eu não posso fazer nada", disse Eunício.

"O meu papel já foi feito. A eleição [do presidente] é feita pelos próprios membros da comissão. Não posso fazer a pauta da Câmara dos Deputados", emendou.

A MP

Entre os pontos modificados pela MP, estão trechos da jornada 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, a questão do trabalho da empregada gestante e lactante em ambientes insalubres e algumas regras para o trabalho intermitente e para contratação de autônomos. Entre as cerca de mil emendas apresentadas à MP, estão propostas com o objetivo de reestabelecer o imposto sindical, excluído pela nova lei. Há ainda emendas que querem revogar a nova lei trabalhista.

MP trabalhista pode ser colocada em votação no Senado, diz Eunício

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse nesta segunda-feira, 2, que colocará em votação a Medida Provisória (MP) que faz ajustes à reforma trabalhista, se ela for votada a tempo na Câmara.

Ele avaliou que é possível aprovar a matéria se ela chegar com até sete dias de antecedência de seu prazo de caducidade, que é 23 de abril. Portanto, a Câmara teria no máximo 16 dias para votar a matéria.

Oliveira disse que há uma queixa dos senadores pelo fato de matérias relevantes como essas chegarem à apreciação às vésperas de perder a validade.

"Esse é um sistema bicameral", frisou. Ele lembrou que, há três anos, foram aprovadas regras estabelecendo prazos para a tramitação de MPs, mas esses não têm sido observados.

Ele explicou ainda que os contratos assinados com base na MP continuam válidos mesmo se ela caducar, pois foram firmados enquanto a regra estava em vigor.

MP não é necessária para garantir validade da reforma trabalhista, diz Maia

03/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Especialistas veem risco de judicialização sem a aprovação de alterações

Considerado um retrocesso pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a medida provisória com ajustes à reforma trabalhista deve perder a validade sem que haja esforços para sua votação.

"Se a comissão mista não aprovar o parecer, não posso votar na Câmara. [...] Se caducar, caducou, perdeu a validade", disse Maia. "A impressão que eu tenho é que ela vai cair."

A medida provisória 808 foi editada pelo presidente Michel Temer (PMDB) no fim do ano passado e tem duração de 120 dias. Para virar lei, precisa ser aprovada até 23 de abril.

No entanto, a comissão instalada para analisar a matéria ainda não tem presidente ou relator. Depois da aprovação na comissão, o texto ainda teria que passar pelo plenário da Câmara e do Senado.

Nesta segunda-feira (2), o presidente da Câmara, responsável por definir o que será votado na Casa, deixou claro que não concorda com a medida e defendeu a não aprovação.

"A medida provisória tinha algumas questões que faziam a reforma andar para trás", disse Maia.

A medida provisória estabelece a abrangência das mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em vigor desde novembro. O texto também altera pontos considerados polêmicos na lei original da reforma trabalhista, como a jornada de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso e as condições de atividade de gestantes e lactantes.

Para o presidente da Câmara, a medida provisória não faz falta. "Não tem prejuízo, muito pelo contrário, se o projeto da reforma ficar como está. Já temos uma boa legislação em relação ao que tínhamos no passado."

Sem a aprovação da MP, no entanto, especialistas veem brechas para judicialização. Já Maia enxerga o cenário oposto: a medida provisória é que trouxe insegurança jurídica. "Não votá-la restabelece a segurança jurídica do projeto de lei original", disse.

"O direito dos trabalhadores está na Constituição brasileira, não estão numa lei. A reforma organiza uma legislação antiga, que mais atrapalhava a relação do empregador com o empregado", completou.

SEGURANÇA E ECONOMIA

Segundo o deputado, a prioridade da Câmara nesta semana é votar um projeto que estabelece um sistema integrado de segurança pública e projetos que reduzam a taxa de juros para consumidores.

"A taxa de juros que hoje o Banco Central usa é de menos de 7%, e a taxa de juros para o consumidor, dependendo do modelo, é 40%, 50%, 300% ao ano. É impagável", disse.

Maia mencionou uma série de medidas econômicas que devem ser pautadas na Câmara, como o projeto do cadastro positivo, a autonomia do Banco Central e a regulamentação de duplicatas.

As propostas fazem parte de um pacote do Planalto para substituir a reforma da Previdência. Na época, Maia criticou o chamado "plano B", chamando-o de "plano V de velho", mas aceitou colocá-lo em pauta.

Na área da segurança pública, Maia afirmou que o projeto que busca integrar a atuação de órgãos nos âmbitos da União, de estados e municípios deve ser pautado até terça (3).

Para a próxima semana, ainda segundo o deputado, é esperado um projeto conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que endurece a legislação de combate ao tráfico e ao crime organizado.

ELEIÇÃO

Maia, que é pré-candidato ao Planalto, evitou falar sobre uma possível terceira denúncia contra Temer e sobre a operação da Polícia Federal que prendeu amigos do presidente na semana passada. "Não vou tratar de hipóteses", disse.

"O presidente da Câmara trabalha pela estabilidade política e democrática no Brasil e pela manutenção das relações institucionais entre os poderes. O que a gente espera é que essa crise possa passar independente do que venha pela frente e que o Brasil possa entrar no processo eleitoral numa situação mais tranquila", disse.

Maia deu entrevista à imprensa em Belo Horizonte, em sua terceira passagem pela capital mineira em dois meses.

Ele participou de reunião do Democratas de Minas, a primeira presidida pelo novo dirigente do partido no estado, o deputado federal Rodrigo Pacheco (DEM-MG), recém-filiado à sigla e pré-candidato ao governo mineiro.

O encontro formalizou mais de 20 filiações de pré-candidatos a deputado, segundo Pacheco. Houve um convite ao deputado federal Bilac Pinto (PR-MG), ainda sem resposta.

MP que altera pontos da reforma trabalhista corre o risco de perder a validade

03/04/2018 – Fonte: Senado Notícias

A medida provisória que alterou 17 pontos da reforma trabalhista ([MP 808/2017](#)) perde a validade no próximo dia 23 e ainda não foi examinada pela comissão mista de deputados e senadores encarregada do texto.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que se a MP chegar à Casa até uma semana antes de "caducar", será tratado com relevância e urgência. Se a MP expirar, ficam valendo as regras estabelecidas na reforma trabalhista.

Um terço dos desempregados sobrevive com bicos e trabalhos temporários

03/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

Um terço dos brasileiros desempregados atualmente sobrevive com bicos e trabalhos temporários, geralmente informais, mostra pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Para 29%, o sustento vem da ajuda financeira da família ou amigos e 7% recebem auxílio do programa Bolsa Família. Apenas 2% utilizam poupança ou investimentos. O estudo, que entrevistou 600 pessoas nas 27 capitais, revela que a falta de trabalho provocou a queda no padrão de vida de seis em cada dez brasileiros.

Entre os trabalhos informais mais comuns, estão os serviços gerais (21%) – manutenções, pedreiro, pintor, eletricista –, produção de comida para vender (11%) – como marmita, doces e salgados –, serviços de diaristas e lavagem de roupa (11%) e serviços de beleza, como manicure e cabeleireiro (8%). A média de dedicação a esse trabalho é de três dias por semana.

Essa periodicidade revela, segundo o SPC/CNDL, não apenas uma escolha, mas escassez de oportunidade, pois apenas 12% dos que fazem bicos consideram que está fácil conseguir esses trabalhos.

O levantamento revelou também que 41% dos desempregados possuem contas em atraso, sendo que 27% estão com o nome negativado em serviços de proteção ao crédito. Os débitos mais frequentes são parcelas no cartão de loja (25%), faturas do cartão de crédito (21%), contas de luz (19%), contas de água (15%) e parcelas do carnê ou crediário (11%). O tempo de atraso médio das dívidas é de quase sete meses e o valor é de R\$ 1.967, em média.

Em relação aos hábitos de consumo, a pesquisa mostra que mais da metade (52%) dos desempregados brasileiros abandonou algum projeto ou desistiu da aquisição de um sonho de consumo por causa da demissão. As iniciativas mais frequentes foram deixar fazer reserva financeira (28%), voltar atrás no plano de reformar a casa (25%), desistir de comprar ou trocar o carro (17%) e deixar de comprar móveis para a residência (17%). Foram citados ainda os planos de abrir o próprio negócio (16%), realizar uma faculdade ou pós-graduação (14%) e fazer uma grande viagem (13%). Também foi alto o percentual (38%) dos que disseram não ter sonho algum.

Adaptação

Para se adaptar aos cortes na receita doméstica, 59% disseram ter mudado o padrão de vida. Os cortes mais expressivos foram na compra de roupas, calçados e acessórios (65%), saídas para bares e baladas (56%), delivery e comida fora de casa (56%), alimentos supérfluos, como carnes nobres, bebidas e iogurtes (52%), atividades de lazer (52%) e gastos com salão de beleza (45%).

As principais despesas que foram mantidas foram: água e luz (65%), produtos de higiene, limpeza e alimentação básica (64%), planos de internet (49%), telefonia (45%) e TV por assinatura (40%). Há também 32% de desempregados que mantiveram plano de saúde.

Quase metade dos desempregados (46%) passaram a pedir dinheiro emprestado a amigos e familiares e 30% recorreram ao cartão de crédito.

Como contenção de gastos, 63% optaram por marcas mais baratas na hora das compras. O levantamento revela ainda que 68% dos entrevistados passaram a fazer mais pesquisas de preços, além de pechinchar (62%).

RSB 43 - Perspectivas para as eleições de 2018

03/04/2018 – Fonte: CNI

44% dos eleitores estão pessimistas com as eleições presidenciais

Entre os brasileiros, 44% se dizem pessimistas em relação à eleição presidencial de 2018. Os que se dizem otimistas são 20%.

Praticamente metade da população (48%) não manifesta preferência ou simpatia por nenhum partido específico e 72% concordam totalmente ou em parte que votam no candidato que gostam, independentemente do partido em que ele esteja.

Entre as características mais mencionadas como muito importantes para um candidato à Presidência da República, se destacam: ser honesto, não mentir em campanha (87%), nunca ter se envolvido em casos de corrupção (84%) e transmitir confiança (82%).

Março/2018

Sensação em relação
à eleição presidencial
de 2018

Percentual de respostas (%)



Congresso deve derrubar veto ao Refis das pequenas empresas, prevê Eunício

03/04/2018 – Fonte: Senado Notícias



- [MPV 808/2017](#)
- [PEC 11/2011](#)
- [PEC 70/2011](#)
- [PLC 164/2017](#)
- [PLC 56/2017](#)
- [VET 4/2018](#)
- [VET 5/2018](#)

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse em entrevista no Palácio do Planalto nesta segunda-feira (2) que os parlamentares devem derrubar o veto presidencial ([VET 5/2018](#)) ao [PLC 164/2017 – Complementar](#), que instituía o Refis para micros e pequenas empresas. O programa de refinanciamento — permitido às empresas optantes pelo regime de tributação Simples—, havia sido aprovado pelo Senado no final de 2017.

— Aproveitei essa conversa para vir falar com o presidente [Michel Temer] e avisá-lo de que vamos comandar o processo dessa derrubada dos vetos das micro e pequenas empresas por uma questão de justiça. Fizemos no Brasil 17 Refis, quando chegou na hora dos miúdos, dos pequenos — e eu sou contra por convicção o Refis — houve veto completo a pedido da área econômica —, argumentou.

Eunício também afirmou que o veto parcial ([VET 4/2018](#)) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) [56/2017](#), que reformulou a carreira de agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, deve ser revisto. Entre os pontos rejeitados estão a carga horária de 40 horas, a indenização por transporte e as regras de cursos de formação continuada

— Temos outro veto que são dos homens e mulheres que vivem no dia a dia a luta da saúde, os agentes de saúde. Vamos fazer um trabalho para que esse veto seja revertido na noite de amanhã [3 de abril] — respondeu aos jornalistas.

Outro veto (VET 8/2018) a ser pautado por Eunício é o que rejeitou uma série de dispositivos da matéria que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural para débitos acumulados com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O PLC 165/2017 foi aprovado pelo Senado em dezembro.

Reforma Trabalhista

Caso a Câmara envie ao Senado a [Medida Provisória 808/2017](#) até uma semana antes de perder a vigência, o que ocorre no dia 23 de abril, a Casa a tratará como relevante e urgente e a votará, disse ainda Eunício. Ele informou que os senadores estão incomodados com a postura da Câmara dos Deputados de usar quase todo o prazo de vigência das medidas e envia-las para a análise da Casa revisora quando estão prestes a vencer.

A MP 808 alterou 17 artigos da reforma trabalhista ([Lei 13.467/2017](#)), mexendo em pontos considerados conflituosos. Ela garantiu, por exemplo, que grávidas não poderão trabalhar em ambientes insalubres, como previa o texto original.

— Nenhuma matéria pode chegar sempre às vésperas, sempre no mesmo dia [da Câmara]. Não sou eu, são os senadores que estão reclamando muito da Presidência em relação a colocar em pauta matérias de última hora. A Câmara fica 120, 118, 115 dias com a matéria e só chega no Senado no último dia. Se chegar com até sete dias, voto a MP — salientou.

MPs

Eunício também cobrou que a Câmara dê encaminhamento à medida que impõe ritos e prazos para o envio da MP para análise do Senado. Um dos textos que aguardam análise dos deputados é a [PEC 11/2011](#), do ex-senador José Sarney (PMDB-AP) — e que recebeu o número de [PEC 70/2011](#) naquela Casa.

Ela prevê que, em vez de uma comissão mista, a MP começará a ser discutida por uma comissão especial em cada Casa, mas irá direto ao Plenário se for esgotado o prazo no colegiado. Hoje, só vai ao Plenário da Câmara depois de aprovação da comissão mista.

O texto também delimita prazos para a análise de cada uma das Casas. A Câmara terá 70 dias para analisar a MP. Depois, serão dados 30 dias para o Senado. Se o texto for modificado, a Câmara terá mais 20 dias para analisar as alterações.

O prazo total permanece de 120 dias, mas o texto pode perder a validade com cem dias se nesse prazo não tiver sido votado nem na Câmara e nem no Senado.

Faturamento da indústria aumentou 0,5% em fevereiro, mostra CNI

03/04/2018 – Fonte: Agência Notícias

Depois de dois meses consecutivos de queda, o faturamento da indústria aumentou 0,5% em fevereiro na comparação com janeiro, na série livre de influências sazonais, informou hoje (2) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na comparação com fevereiro de 2017, o faturamento real subiu 6,5% de acordo com os Indicadores Industriais.



Conforme a pesquisa, as horas trabalhadas na produção caíram 0,5% em fevereiro frente a janeiro, na série de dados dessazonalizados, interrompendo uma sequência de três resultados positivos. Na comparação com fevereiro do ano passado, as horas trabalhadas na produção cresceram 1%.

O nível de utilização da capacidade instalada ficou em 78%, praticamente o mesmo de janeiro (78,1%), e está 1,4 ponto percentual acima do registrado em fevereiro de 2017.

Segundo a CNI, o levantamento mostra ainda que o emprego continua se recuperando. O indicador de emprego subiu 0,1% em fevereiro frente a janeiro na série livre de influências sazonais. Em relação a fevereiro do ano passado, o emprego aumentou 0,5%".

A massa real de salários aumentou 1,2% e o rendimento médio real do trabalhador cresceu 1,8% em fevereiro frente a janeiro na série dessazonalizada. Na comparação com fevereiro de 2017, a massa real de salários subiu 3,4% e o rendimento médio real, 2,9%

Em fevereiro, produção industrial variou 0,2%

03/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

A produção industrial nacional em fevereiro teve acréscimo de 0,2% frente a janeiro, na série com ajuste sazonal. O resultado positivo vem depois de um recuo (-2,2%) em janeiro.

Em relação a fevereiro de 2017, na série sem ajuste sazonal, a indústria cresceu 2,8%, décima taxa positiva consecutiva nessa comparação e a menos acentuada desde setembro de 2017 (2,6%). O índice acumulado do ano teve alta de 4,3%.

O acumulado nos últimos doze meses avançou 3,0%, o melhor resultado desde junho de 2011 (3,6%). A publicação completa, a apresentação e a série história da Pesquisa da Indústria Mensal (PIM PF Brasil) estão à direita desta página.

Fevereiro 2018/ Janeiro 2018	0,2%
Fevereiro 2018/ Fevereiro 2017	2,8%
Acumulado em 2018	4,3%
Acumulado 12 meses	3,0%
Média móvel trimestral	0,3%

De janeiro para fevereiro, 14 dos 26 ramos industriais cresceram

De janeiro para fevereiro de 2018, houve crescimento em duas das quatro grandes categorias econômicas e em 14 dos 26 ramos pesquisados. Entre os setores, as principais influências positivas foram: perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (4,4%, eliminando o recuo de 2,4% de janeiro); veículos automotores, reboques e carrocerias (0,9%, frente a -6,6% em janeiro); produtos de metal (3,1%, frente a -2,5%); produtos diversos (7,4% frente a -11%); couro, artigos para viagem e calçados (4,1% frente a -3,5%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,6%

frente a -3,7%). O setor de bebidas (1,8%) manteve o crescimento e acumulou expansão de 6,9% nos três últimos meses.

Indicadores da Produção Industrial por Grandes Categorias Econômicas

Brasil - Fevereiro de 2018

Grandes Categorias Econômicas	Variação (%)			Acumulado nos Últimos 12 Meses
	Fevereiro 2018/Janeiro 2018*	Fevereiro 2018/Fevereiro 2017	Acumulado Janeiro-Fevereiro	
Bens de Capital	0,1	7,8	12,6	7,2
Bens Intermediários	-0,7	1,5	2,9	2,1
Bens de Consumo	1,2	4,4	5,3	3,6
Duráveis	1,7	15,6	17,9	14,2
Semiduráveis e não Duráveis	-0,6	1,6	2,2	1,1
Indústria Geral	0,2	2,8	4,3	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

*Série com ajuste sazonal

Entre as atividades em queda, o desempenho de maior importância para a média global foi das indústrias extrativas (-5,2%), eliminando o avanço de 3,4% de janeiro. Outras influências foram produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-8,1%), produtos alimentícios (-0,8%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,3%), máquinas e equipamentos (-2,7%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-11,3%), impressão e reprodução de gravações (-14,8%) e metalurgia (-1,5%).

Entre as grandes categorias econômicas, ainda na comparação com janeiro de 2018, bens de consumo duráveis teve a expansão mais acentuada em fevereiro de 2018 (1,7%), após recuar 5,8% no mês anterior, quando eliminou parte do crescimento de 10,4% verificado em novembro e dezembro de 2017.

O segmento de bens de capital (0,1%) reverteu a perda de 0,5% registrada em janeiro, quando interrompeu o comportamento predominantemente positivo iniciado em abril de 2017, período em que acumulou expansão de 10,5%. Por outro lado, os setores produtores de bens intermediários (-0,7%) e de bens de consumo semi e não duráveis (-0,6%) assinalaram os resultados negativos nesse mês.

Média móvel trimestral varia 0,3%

Ainda na série com ajuste sazonal, a evolução do índice de média móvel trimestral para a indústria mostrou acréscimo de 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro de 2018 frente ao nível do mês anterior e manteve a trajetória ascendente iniciada em maio de 2017.

Entre as grandes categorias econômicas, os avanços foram nos bens de consumo duráveis (1,1%) e bens de consumo semi e não-duráveis (1,0%), seguindo com a trajetória de crescimento desde novembro de 2016 e de 2017, respectivamente. Já os

setores de bens intermediários (-0,3%) e de bens de capital (-0,1%) recuaram em fevereiro de 2018, interrompendo as trajetórias ascendentes iniciadas, respectivamente, em abril e janeiro de 2017.

Indústria cresce 2,8% em relação a fevereiro de 2017

Na comparação com fevereiro de 2017, o setor industrial cresceu 2,8% em fevereiro de 2018, com resultados positivos em todas as quatro grandes categorias econômicas, 18 dos 26 ramos, 55 dos 79 grupos e 55,0% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as atividades, a de veículos automotores, reboques e carrocerias (16,8%) exerceu a maior influência positiva na formação da média da indústria. Outras contribuições positivas relevantes sobre o total nacional vieram de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (29,2%), metalurgia (8,3%), celulose, papel e produtos de papel (11,6%), bebidas (10,0%), produtos alimentícios (2,3%), produtos de madeira (19,3%), produtos de borracha e de material plástico (5,7%), perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (10,6%), outros produtos químicos (2,6%), máquinas e equipamentos (2,0%) e móveis (7,6%).

Por outro lado, entre as oito atividades em queda, as principais influências no total da indústria vieram de indústrias extrativas (-5,5%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-6,7%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-7,5%) e impressão e reprodução de gravações (-17,3%).

Entre as grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis (15,6%) e bens de capital (7,8%) assinalaram, em fevereiro de 2018, os maiores avanços em relação a fevereiro de 2017. Bens de consumo semi e não-duráveis (1,6%) e bens intermediários (1,5%) tiveram crescimento abaixo da magnitude observada na média nacional (2,8%).

O segmento de bens de consumo duráveis subiu 15,6% em fevereiro de 2018 frente a igual período de 2017, décima sexta taxa positiva consecutiva nessa comparação, embora menos elevada do que a observada nos dois meses anteriores: dezembro de 2017 (21,1%) e janeiro de 2018 (20,4%). O setor foi particularmente impulsionado pelo crescimento na fabricação de automóveis (11,8%) e de eletrodomésticos da "linha marrom" (41,1%).

Vale citar também as expansões assinaladas por motocicletas (24,1%), móveis (7,0%) e outros eletrodomésticos (12,3%). Por outro lado, o principal impacto negativo foi verificado em eletrodomésticos da "linha branca" (-2,5%).

O setor de bens de capital cresceu 7,8% em relação a fevereiro de 2017, décima alta consecutiva nessa comparação, e menos intensa que a de janeiro último (17,9%). O segmento foi influenciado, em grande parte, pelo avanço observado no grupamento de bens de capital para equipamentos de transporte (15,8%). As demais taxas positivas foram registradas por bens de capital de uso misto (29,4%) e para construção (52,8%). Por outro lado, os impactos negativos foram assinalados pelos grupamentos de bens de capital agrícola (-12,9%), para fins industriais (-1,2%) e para energia elétrica (-0,8%).

O segmento de bens de consumo semi e não-duráveis teve a quinta alta consecutiva (1,6%), porém menos elevada do que no mês anterior (2,9%). Esse desempenho foi explicado, em grande parte, pela expansão em alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (4,1%). Vale citar também o resultado positivo do grupamento de não-duráveis (1,5%). Por outro lado, os subsetores de carburantes (-6,1%) e de semiduráveis (-1,1%) recuaram.

Bens intermediários teve alta de 1,5%, a décima consecutiva nessa comparação, mas a menos elevada desde julho de 2017 (1,1%). O resultado desse mês foi explicado,

principalmente, pelos avanços em veículos automotores, reboques e carrocerias (15,9%), de metalurgia (8,3%), de celulose, papel e produtos de papel (13,4%), de produtos alimentícios (3,8%), de produtos de borracha e de material plástico (5,9%), de outros produtos químicos (2,6%), de produtos de metal (4,2%), de máquinas e equipamentos (1,8%) e de produtos de minerais não-metálicos (0,4%). Já as pressões negativas vieram de indústrias extrativas (-5,5%), coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-6,9%) e produtos têxteis (-0,3%).

Ainda nessa categoria econômica, vale citar os resultados positivos nos grupamentos de insumos típicos para construção civil (2,7%), com a quinta alta seguida em relação a igual mês do ano anterior; e de embalagens (5,6%), que mostrou a sétima taxa positiva consecutiva.

Indústria acumula alta de 4,3% no ano

No índice acumulado para janeiro-fevereiro de 2018, frente a igual período de 2017, a indústria cresceu 4,3%, com resultados positivos nas quatro grandes categorias econômicas, 21 dos 26 ramos, 57 dos 79 grupos e 57,4% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as atividades, veículos automotores, reboques e carrocerias (21,7%) exerceu a maior influência positiva sobre a indústria, seguida por equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (30,4%), metalurgia (9,2%), produtos alimentícios (3,6%), bebidas (10,0%), máquinas e equipamentos (8,0%), celulose, papel e produtos de papel (8,4%), produtos de borracha e de material plástico (5,7%), produtos de madeira (16,5%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (7,0%), produtos de metal (3,8%) e móveis (10,0%).

Entre as cinco atividades em queda, as principais influências foram de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-5,9%) e de indústrias extrativas (-2,7%).

Entre as grandes categorias econômicas, o perfil dos resultados para o primeiro bimestre do ano mostrou maior dinamismo para bens de consumo duráveis (17,9%) e bens de capital (12,6%), impulsionadas, em grande parte, pela ampliação na fabricação de automóveis (14,4%) e eletrodomésticos (26,5%), na primeira; e de bens de capital para equipamentos de transporte (22,7%), para construção (65,7%) e de uso misto (24,7%), na segunda. Os setores de bens intermediários (2,9%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (2,2%) também acumularam taxas positivas no ano, embora abaixo da média nacional (4,3%).

Nível de atividade da indústria paulista sobe 0,8% em fevereiro

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O indicador de nível de atividade (INA) da indústria paulista avançou 0,8% em fevereiro ante janeiro, na série com ajuste sazonal. A informação foi divulgada nesta segunda-feira, 2, pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

Sem ajuste sazonal, o indicador registrou alta de 1,3% em fevereiro ante janeiro, e avançou 6,3% em relação ao verificado em fevereiro de 2017. Na análise de 12 meses encerrados em fevereiro, houve alta de 6,5% em relação ao período anterior.

Em nota à imprensa, o segundo vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, projetou um crescimento comedido do setor em 2018.

“O resultado apresentado mostra a manutenção da expectativa de crescimento da atividade da indústria para 2018. Acreditamos em um crescimento gradual e moderado”, explicou.

Em relação ao uso da capacidade instalada, o nível médio de utilização em fevereiro com ajuste sazonal ficou em 75,7%, o que representa ligeira alta em relação a janeiro (75,1%).

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) em fevereiro de 2017 estava em 74,7% na medida com ajuste sazonal.

Sensor

A pesquisa Sensor, que tenta antecipar o resultado do mês corrente, fechou em 52,2 pontos em março, na série ajustada sazonalmente, com alta de 0,2 ponto ante o resultado de fevereiro, representando o décimo quarto mês consecutivo acima dos 50 pontos. A Fiesp/Ciesp aponta que leituras acima do patamar de 50 pontos indicam a expectativa de aumento da atividade industrial no mês.

Entre os indicadores que compõem o Sensor, a variável de vendas subiu 1,5 ponto em março, para 52,7 pontos. Já o indicador de emprego passou para 52,1 pontos, de 51,7 pontos em fevereiro. Por outro lado, o indicador de estoques recuou 3,3 pontos no mês, atingindo a marca de 47,4 pontos, o que indica estoques acima do nível desejado, esclarece a Fiesp. O indicador que avalia as condições de mercado recuou de 56,5 pontos em fevereiro para 55,9 pontos em março.

Capacidade instalada da indústria recua para 78% em fevereiro

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A indústria brasileira gerou empregos e registrou aumento real em seu faturamento no mês de fevereiro, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 2, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apesar disso, a utilização da capacidade instalada recuou de 78,1% em janeiro para 78,0% no mês seguinte, de acordo com os dados já ajustados. Para a CNI, a recuperação do setor segue “em ritmo lento”.

“Os dados do mercado de trabalho industrial mostram que o emprego segue em trajetória de recuperação, ainda que a melhora em fevereiro tenha sido modesta”, diz a entidade em nota.

Segundo a CNI, o faturamento real subiu 0,5% em fevereiro ante janeiro, já descontados os efeitos sazonais. O crescimento reverte os dados negativos observados nos dois meses anteriores.

Na comparação com fevereiro de 2017, a alta foi de 6,5%.

Já o emprego industrial exibiu expansão de 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, também na série dessazonalizada. Mas dados de meses anteriores foram revisados para melhor, incluindo janeiro (-0,5% para 0,1%) e dezembro de 2017 (0,5% para 0,6%). Com isso, o emprego registra sequência de cinco meses sem resultados negativos, acumulando alta de 1,3% no período.

Na comparação com fevereiro de 2017, o emprego industrial ampliou 0,5%.

“Essa melhora, ainda que lenta, do emprego industrial é muito importante. É sinal de que a confiança do empresário está se traduzindo em aumento da produção e das contratações, apontando para a retomada dos investimentos”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.

As horas trabalhadas, por sua vez, caíram 0,5% em fevereiro ante janeiro, descontados os efeitos sazonais. O resultado interrompe uma sequência de três meses de aumento. Já na comparação com fevereiro de 2017, as horas trabalhadas subiram 1,0%.

Segundo a pesquisa da CNI, a massa salarial real aumentou 1,2% em fevereiro ante janeiro, a segunda alta consecutiva. Em relação ao observado em fevereiro de 2017, o aumento foi de 3,4%.

Bimestre

O desempenho da indústria foi positivo em todos os quesitos no primeiro bimestre do ano em relação a igual período de 2017. O faturamento real avançou 7,3%, enquanto as horas trabalhadas aumentaram 1,3%. O emprego industrial subiu 0,4% nesse mesmo intervalo, e a massa salarial real ampliou 1,9%.

PMI industrial do Brasil sobe a 53,4 em março, revela IHS Markit

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O índice de gerente de compras (PMI, na sigla em inglês) do setor industrial do Brasil subiu de 53,2 em fevereiro para 53,4 em março com ajuste sazonal, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 2, pela IHS Markit. O resultado marcou o oitavo mês consecutivo em que o PMI ficou acima da marca neutra de 50. Além disso, no primeiro trimestre, o PMI teve uma média de 52,6 e teve o maior ganho trimestral desde o período de janeiro a março de 2011.

O crescimento da demanda interna e externa foi um dos pontos ressaltados pelos empresários em março. Segundo a instituição, os pedidos para exportação voltaram a subir depois de dois meses de queda, mas o avanço foi pequeno. Houve menções de contratos de países como Chile e Peru, cita a IHS Markit.

A alta na demanda motivou as empresas a elevarem a produção no mês passado, concluindo também negócios inacabados. Com isso, também houve contratações nas fábricas em março, relata a IHS Markit. A taxa de criação de empregos ficou basicamente semelhante ao pico de 83 meses observado em fevereiro.

A produção mais aquecida também incentivou o maior nível de compra de insumos em mais de sete anos, segundo a instituição. Os preços de algumas dessas matérias-primas, assim como do petróleo e de combustíveis, ficaram mais caros em março. Assim, os fabricantes elevaram o valor de seus produtos.

Com desempenho melhor, o grau de otimismo seguiu elevado entre os empresários consultados. A IHS Markit afirma que as empresas se revelaram confiantes de que a produção nos próximos 12 meses será impulsionada por lançamentos de novos produtos, condições econômicas favoráveis, planos de investimento e projetos em fase de preparação.

A economista da IHS Markit, Pollyanna de Lima, avalia que a queda da Selic deve contribuir para um crescimento mais forte da produção industrial no segundo trimestre de 2018. "Ao atingir um recorde de baixa de 6,5%, o corte mais recente da Selic poderá estimular ainda mais o crescimento do setor, contanto que os bancos reduzam suas taxas de empréstimo. No geral, os produtores de mercadorias estão numa boa posição para um segundo trimestre sólido."

Exportações crescem por cinco trimestres consecutivos

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Neto, detalhou nesta segunda-feira, 2, que o aumento de 11,3% das exportações no primeiro trimestre se deu principalmente por conta da quantidade vendida (9,5%), enquanto os preços dos produtos embarcados aumentaram apenas 1,77%.

“As exportações crescem por cinco trimestres consecutivos e o valor da média diária do primeiro trimestre foi o maior para o período na série histórica (de 1989)”, afirmou, em referência aos US\$ 54,4 bilhões vendidos de janeiro a março, com média de US\$ 891,3 milhões por dia.

Já do lado das importações, houve aumento de 10,14% na quantidade comprada e 5,39% de alta nos preços, na comparação com os primeiros três meses do ano passado. “As importações também cresceram pelo quinto trimestre seguido”, apontou Abrão.

Abrão destacou que a chamada “conta petróleo” voltou a registrar um saldo positivo de US\$ 1,472 bilhão no primeiro trimestre, abaixo dos US\$ 2,289 bilhões de superávit no mesmo período de 2017.

“A expectativa é de crescimento das exportações e das importações em 2018, mas as importações devem crescer mais, devido à retomada econômica. A expectativa do MDIC continua de superávit comercial robusto em 2018, na casa de US\$ 50 bilhões.

China

Abrão disse que o governo brasileiro ainda avalia os impactos da retaliação anunciada domingo, 1, pelo governo chinês de 128 produtos dos Estados Unidos. A medida inclui produtos importantes da pauta de exportações brasileira, como carne suína e frutas.

“Ainda estamos avaliando impactos de medida chinesa, que é recente. Mais do que o espaço que a medida pode criar para os produtos brasileiros, uma escalada na disputa comercial entre duas potências como a China e os EUA seria prejudicial ao comércio mundial”, avaliou Abrão.

A medida chinesa foi tomada em retaliação à decisão do governo de Donald Trump em sobretaxar as importações de aço e alumínio. Por enquanto, o Brasil não foi afetado pelas novas tarifas norte-americanas.

“Confiamos que a exclusão temporária de medidas contra o aço brasileiro será definitiva, preservando os fluxos de comércio com os EUA”, acrescentou Abrão.

Especialistas defendem pauta comum do Mercosul para negociar com a União Europeia

03/04/2018 – Fonte: Senado Notícias



Em mais uma audiência pública do ciclo de debates sobre o Brasil e a Ordem Internacional, os professores de Relações Internacionais Alcides Costa Vaz, da UnB e Gleisse Ribeiro Alves, do UniCEUB, chamaram a atenção para a necessidade de o Brasil e seus parceiros do Mercosul unificarem suas pautas de negociações junto à União Europeia.

A professora Gleisse Alves lembrou que não se consegue fechar um acordo em bloco se o bloco não está unido. Segundo ela, países como a Índia tomaram posições de estado para suas negociações internacionais e o Brasil deve fazer o mesmo.

— Temos de criar uma identidade para ter o que negociar com a União Europeia. Agricultura é o nosso carro-chefe? Então vamos negociar agricultura. Os países europeus sabem o que querem. Temos de definir o que queremos — frisou.

Na mesma linha, o professor Alcides Vaz defendeu a necessidade de se estabelecer bases permanentes de pontos de negociação que passem de governo para governo. Ele afirmou que os países sócios do Mercosul mudam várias vezes seus pontos de negociação e atrasam o processo.

— Em março de 2010 estive em uma série de reuniões em Bruxelas, com a expectativa de um clima de agora vai. Só que estamos em 2018 e o Brasil e o Mercosul não avançam — mencionou.

Alcides concluiu afirmando que os ventos liberalizantes do comércio não estão mais soprando como antes, o que torna muito importante o Brasil nortear de vez as bases de sua negociação com os diversos blocos e países.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência, lembrou que na década de 1980 se chegou a falar em ser criada uma moeda comum aos membros do Mercosul.

— Em 1995 os governos brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio anunciaram o início das negociações do bloco do Mercosul com a união Europeia. Mas, as mudanças políticas e econômicas dos países membros do bloco terminaram atrasando essas negociações, que se arrastam sem conclusão — disse.

A senadora encerrou a reunião propondo a criação de pontes, ao contrário das barreiras que alguns governos passaram a defender.

Temer: 'Estreitamento dos laços entre Brasil e mundo árabe me é caro'

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Discursando durante o Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, em São Paulo, o presidente Michel Temer afirmou que o estreitamento dos laços entre o País e o mundo árabe é muito caro para ele, que é filho de libaneses. Segundo o presidente, a relação é próxima e seguirá com mais prosperidade daqui para frente.

“Como filho de uma família do Líbano, posso dar testemunho de quanto o Brasil tem significado para migrantes árabes e seus descendentes”, declarou. “Nosso País oferece uma calorosa acolhida a todos aqueles que buscam aqui um espaço de oportunidades para construir sua vida.”

Ele disse que o governo está empenhado nas negociações bilaterais do Mercosul com países árabes. Temer citou conversas em andamento com o Líbano e a Jordânia e a retomada de negociação com Marrocos e Tunísia para um acordo de livre comércio. “Queremos ampliar e diversificar nosso intercâmbio comercial e alavancar nosso fluxo de investimentos”, declarou.

Temer destacou que, no último ano, o comércio entre o Brasil e países árabes cresceu 20%, para um volume de US\$ 20 bilhões em produtos comercializados. Ele relatou que está interessado em visitar o Oriente Médio para acelerar o fluxo de investimentos no País.

Crescimento

Em seu discurso, Temer repetiu que o Brasil está saindo da pior recessão da história e entrando em uma fase de crescimento “cada vez mais rigoroso e sustentável”. Como tem feito constantemente, o presidente afirmou que “o Brasil veio para ficar”. Ele reforçou que o governo teve disposição de executar em dois anos medidas “fundamentais e importantíssimas esperadas há muitos e muitos anos”.

O presidente enfatizou também seu discurso de que o governo intensificou o “diálogo” com o Congresso Nacional e que isso alavancou as conquistas desde que assumiu o comando do País, em agosto de 2016. Ele destacou os ganhos de capital da Petrobras e disse que, anteriormente, o nome da estatal era quase um “palavrão”.

Temer falou sobre seu programa Progredir, que busca dar qualificação profissional para filhos de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, e destacou também que houve queda da inflação durante seu governo. “O Brasil é um país de paz e diálogo”, declarou.

Brasilidade

Temer classificou como “falta de brasilidade” a suposta tentativa de desestabilizar o governo e o País. Sem citar nomes, o presidente afirmou que enfrenta oposições e que seguirá na “trilha” de trazer o Brasil para o século 21. Discursando depois do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, ele afirmou que o governo venceu “todas as dificuldades e chegamos aonde estamos”.

“Não foram poucos os embaraços e oposições que nós sofremos”, afirmou, em discurso. Ele disse que há pessoas querendo “desestabilizar o País” com “gestos irresponsáveis” com repercussão internacional. “Pessoas que agem desta maneira não sentem brasilidade no seu coração porque sabem que gestos como esses criam problemas no aspecto internacional”, declarou.

No último sábado, 31, amigos do presidente Temer presos pela Operação Skala, da Polícia Federal, foram soltos após serem colocados no centro das investigações do decreto dos portos.

Nesta segunda-feira, Temer discursou para um público composto por empresários brasileiros e árabes e pediu que todos investissem no Brasil. “Por mais que as pessoas protestem, que tem de segurar o desenvolvimento do País, não conseguem porque o Brasil é maior do que todos. Estamos seguindo nessa trilha, trazendo o País para o século 21”, disse Temer.

Temer e Meirelles deixaram o evento sem falar com a imprensa. Também estiveram presentes o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, e Dyogo Oliveira, que sai do Ministério do Planejamento e assumirá a presidência do BNDES.

Editorial: O crescimento da demanda

03/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Para que a recuperação econômica seja robusta e tenha forte influência na geração de empregos, também a demanda de investimento pelo governo e pelas empresas precisa crescer



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Duas informações divulgadas nas últimas semanas sugerem que a recuperação econômica pode se acelerar e fazer 2018 terminar com bom desempenho, após três anos marcados por uma pesada recessão. Trata-se do aumento do consumo das famílias e da demanda internacional por produtos brasileiros.

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país durante um ano e teve aumento de 1% em 2017, após ter ficado estagnado em 2014 e sofrido duas quedas de 3,5% em 2015 e 2016. Com isso, a queda acumulada do PIB nos três anos referidos ficou na faixa dos 7% e configurou grave recessão, principalmente porque a população continuou crescendo em torno de 1,6 milhão por ano.

Após retomar tímido crescimento em 2017, as estimativas para 2018, após encerrado o primeiro trimestre, são de que a recuperação de fato começou e o crescimento deve situar-se em 3% ou 3,5%. O sistema produtivo depende de diversos fatores para colocar a máquina de produzir em ação, mas a principal variável é a existência de demanda para os bens e serviços que vierem a ser produzidos.

O conceito de "demanda agregada" é a soma do consumo das famílias, consumo do governo, investimento das empresas, investimento do governo e demanda externa (exportações). As duas informações já citadas – aumento do consumo das famílias e demanda externa – são bons estimuladores da reação do setor produtivo e um alento para a tomada de decisões dos empresários e investidores.

Se o crescimento vier, virá movido pelo setor privado, já que do governo não se pode esperar grande contribuição

Quanto existe demanda por bens e serviços, a pressão sobre a oferta induz as empresas a aumentarem a produção, o que é bom para elevar o PIB e para a recuperação do nível de emprego. Entretanto, para que a recuperação econômica se consolide e siga pelos anos seguintes de maneira sólida, é necessário que a demanda agregada seja expandida em seu todo.

Isto é, também os investimentos precisam ser retomados e a demanda por bens de capital precisa crescer. As empresas investirão naturalmente quando ocorrer a percepção de que a demanda seguirá crescendo neste ano e nos anos seguintes.

Mas vale lembrar que uma parte do sistema produtivo é composta de fábricas de bens de capital, especialmente máquinas e equipamentos industriais e, para que a recuperação econômica seja robusta e tenha forte influência na geração de empregos, também a demanda de investimento pelo governo e pelas empresas precisa crescer. E nesse ponto há mais dúvidas do que certezas.

Quanto ao governo, em todos os níveis da federação, não dá para esperar retomada de seus investimentos, sobretudo os de infraestrutura física, pois as finanças públicas estão eivadas de déficits crônicos e dívidas elevadas. Nunca é demais lembrar que a dívida pública bruta consolidada está rondando os 80% do PIB, cifra alta e perigosa, e nada indica que será contida no curto prazo.

Não tendo capacidade de investir com recursos do orçamento próprio e já estando com dívidas elevadas, o setor governamental deve ser pressionado para privatizar, fazer concessões e libertar os investidores das amarras legais em relação aos investimentos antes estatizados.

Nada é mais estúpido, do ponto de vista dos interesses da sociedade, que um governo que não investe e também não privatiza nem faz concessões de atividades em que o país está carente de investimentos.

Se a demanda dá indicações de melhora pelo lado da demanda das famílias e da demanda externa, os efeitos são positivos, mas estão longe de serem suficientes para lançar o país rumo ao crescimento sustentado nos anos seguintes, pois, para isso, é preciso haver recuperação da demanda agregada, o que inclui elevação dos investimentos do governo e das empresas. No quadro atual, se o crescimento vier,

virá movido pelo setor privado, já que do governo não se pode esperar grande contribuição

Vendas no Brasil em fevereiro têm alta de 4% ante fevereiro de 2017

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

As vendas totais do varejo brasileiro em fevereiro de 2018, excluídos os negócios de automóveis e materiais de construção, registraram avanço de 4,0% em comparação ao mesmo mês do ano anterior, constatou o indicador de varejo SpendingPulse, da Mastercard. “Apenas os setores de combustíveis e food service tiveram desempenho abaixo da expectativa”, relata a Mastercard em nota.

Na mesma base de comparação, o e-commerce registrou alta de 19,1%, mostra o indicador. No varejo online, diz a empresa, os setores de eletrônicos e móveis apresentaram desempenho superior à média do canal de distribuição. Por outro lado, “os artigos farmacêuticos, vestuários e, pela primeira vez, o hobby & livraria ficaram abaixo do crescimento”.

Para César Fukushima, economista-chefe da Mastercard Advisors no Brasil, o crescimento das vendas é reflexo da “redução das taxas de juros e do crescimento do crédito à pessoa física, além da perspectiva de melhora da taxa de desemprego”. “Mesmo com as incertezas da economia atual, o setor tem conquistado cada vez mais a confiança dos consumidores e o otimismo dos varejistas”, avalia o economista.

Na avaliação por região geográfica, o Sul teve desempenho acima da média, com alta de 6,2% em fevereiro ante igual mês de 2017. Abaixo da média, mas ainda em terreno positivo, ficaram Nordeste (3,2%); Sudeste (2,1%) e Norte (2%). A única região com retração nas vendas foi o Centro-Oeste, com queda de 3,6% na mesma base de comparação.

Vendas de materiais de construção no varejo crescem 2% em março, diz Anamaco

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

As vendas de materiais de construção no varejo em março cresceram 10% em relação a fevereiro e subiram 2% em comparação com o mesmo mês de 2016.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 2, pela Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) após consultas a 530 lojistas no País.

“Fevereiro foi um mês bastante abaixo do que esperávamos em vendas, mas março voltou ao patamar de crescimento que estávamos prevendo inicialmente”, afirmou o presidente da associação, Claudio Conz.

“O aumento do número de empregos e a redução dos juros devem nos dar ainda mais fôlego ao setor e acreditamos que fecharemos 2018 com 8,5% de crescimento”, estimou.

O presidente da Anamaco espera ainda que as vendas também sejam beneficiadas pelo avanço no programa do governo federal chamado “Cartão Reforma”, que subsidia a compra de materiais de construção pelas famílias de baixa renda.

De acordo com dados da Anamaco, cerca de 12% dos lojistas pretendem realizar investimentos nos próximos 12 meses, e 15% pretendem contratar novos funcionários já em abril.

Espero que um novo Brasil surja em 2019, diz Rabello em fórum

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Despedindo-se da presidência do BNDES, o pré-candidato à Presidência da República pelo PSC, Paulo Rabello de Castro, afirmou que espera que surja “um novo Brasil” a partir de 2019, após as eleições presidenciais. Ele participa do Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, na capital paulista.

“Eu espero que um novo Brasil surja no ano de 2019 e eu espero que daqui a dois anos ninguém precise dizer ‘sinto muito’ quando perguntado sobre a situação do País por um investidor”, disse Rabello, que será substituído no cargo pelo atual ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Ele disse ainda que, em 2019, quando o próximo governo eleito assume, o Brasil deve ter um “renascimento industrial”. “Espero que em dois anos a resposta seja: ‘temos um país muito fácil de se negociar’.” Além de Rabello, o presidente Michel Temer, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e Dyogo Oliveira também são aguardados para o evento.

Crescimento

Em sua fala, Rabello disse ainda que o Brasil não alcançou taxas de crescimento superiores a 2,5% nos últimos anos por problemas fiscais. Ele afirmou que é possível superar um crescimento de 4% nos próximos anos. “Para isso, precisa voltar de certa forma a fórmula que o País usou de modo bem-sucedido no passado, ter sentido de propósito como nação, que perdemos, ter planejamento e prestação de contas por parte dos governos.”

O presidenciável disse que é preciso realizar “um grande debate político sobre o futuro do Brasil” neste ano. “Quando o Brasil se ajudar mais, ele também ajudará muito mais o resto do mundo”, declarou.

Artigo: Bondes não voltarão, mas é preciso reavivar financiamento à infraestrutura

03/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em meio século, a mais rica cidade do país construiu em média apenas 2 km de metrô por ano



Último dia de operação de bondes na cidade de São Paulo; linhas chegaram a ter 700 km de extensão, e metrô, hoje, tem cerca de 100 km - Nascimento - 26.mar.68/Acervo

Cinquenta anos atrás, em 27 de março de 1968, São Paulo comemorava a “Viagem do Adeus”. O último bonde da cidade, conduzido por Francisco Lourenço Ferreira, percorreu as avenidas Ibirapuera, Vereador José Diniz e Adolfo Pinheiro até Santo Amaro.

Uma reportagem da **Folha** de terça passada (27) conta que Francisco, na época o condutor mais antigo da capital, chorou durante a viagem. “Rendo-me ao Progresso”, diziam faixas pregadas nas janelas dos veículos elétricos cujas linhas chegaram a ter 700 quilômetros na cidade, mas se tornaram sinônimos do atraso. Atrapalhavam o trânsito dos automóveis e provocavam acidentes.

O prefeito da época, Faria Lima, anunciava que a cidade partiria para a modernidade em matéria de transporte coletivo com a companhia do Metrô, criada um mês depois da aposentadoria dos bondes.

Passados 50 anos, com as recentes inaugurações, o metrô de São Paulo tem cerca de cem quilômetros de extensão.

Nesse meio século, portanto, a mais rica cidade do país construiu em média apenas dois quilômetros por ano. A linha de metrô que substituiu o último trajeto dos bondes só foi inaugurada neste ano.

Esse é um exemplo que expõe, de forma dramática, a deficiência dos investimentos em infraestrutura no país. Sabemos todos que, sem a aplicação de recursos nessa área, na indústria e em outros setores essenciais e inovadores, nenhum país pode alcançar o desenvolvimento.

O que vemos no Brasil, entretanto, é o estímulo insistente ao setor financeiro e o abandono persistente dos setores produtivos. Uma compilação do jornal Valor Econômico mostrou que, em plena crise, de 2014 a 2017, as cinco maiores instituições financeiras do país tiveram lucro somado de R\$ 244 bilhões. Esse valor superou com folga os ganhos líquidos de R\$ 56 bilhões das 307 companhias abertas não financeiras no mesmo período.

Isso não é normal, e as causas da anormalidade são conhecidas. O privilégio do setor financeiro está estampado nas tarifas e nos juros cobrados no mercado, com margens que não cedem nem quando a taxa de juro básica é reduzida, como agora, para menor nível da história recente.

Dados do Banco Central mostram que os juros bancários subiram em fevereiro, mesmo com a queda da Selic e a estabilidade da inadimplência. As taxas médias para empréstimos a pessoas físicas subiram de 55,8% ao ano em janeiro para 57,7% ao ano em fevereiro.

A taxa média geral também subiu de 26,1% para 26,3% no mesmo intervalo. Para o cheque especial, o juro médio está em 324% ao ano, praticamente o mesmo de um ano atrás, embora a Selic tenha caído de 12,25% para 6,5% no período.

O desprezo ao setor produtivo, exposto a taxas abusivas em todas as linhas de financiamento, levou o país a perder espaço que havia conquistado na produção e na exportação de produtos industrializados. No ano 2000, a participação dos industrializados na pauta de exportação brasileira era de 75%. No ano passado, foi de 51%.

O BNDES, único refúgio para crédito civilizado de longo prazo, está sendo desidratado e pode ser extinto se prevalecer a mentalidade neoliberal dominante, que pouco se lixa para o capital nacional.

Os bondes certamente não voltarão, embora estejam sendo modernizados e retomados em alguns países. Mas o financiamento a projetos de infraestrutura e de modernização industrial podem e devem ser reavivados. São a maneira mais rápida de o país retomar o caminho do crescimento, desenvolvimento e emprego.

Benjamin Steinbruch - É empresário, diretor-presidente da CSN e primeiro vice-presidente da Fiesp.

Brasil tem superávit comercial de US\$ 6,281 bi em março

03/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil registrou superávit comercial de US\$ 6,281 bilhões em março, queda de 12% sobre igual período do ano passado sobretudo pelo aumento das importações no período, divulgou o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) nesta segunda-feira (2).

No mês, as importações subiram 16,9% sobre março do ano passado, pela média diária, a US\$ 13,809 bilhões, em meio à retomada do crescimento econômico.



As exportações também avançaram, mas em menor ritmo. A alta foi de 9,6% sobre o mesmo mês do ano passado, a US\$ 20,089 bilhões.

No primeiro trimestre de 2018, o saldo positivo das trocas comerciais soma US\$ 13,952 bilhões, recuo de 3,1% sobre igual intervalo do ano passado.

Para 2018 todo, o ministério já havia previsto que a aceleração da atividade iria elevar as importações e reduzir o superávit da balança comercial brasileira ao patamar de US\$ 50 bilhões, ante US\$ 67 bilhões de 2017.

Mas a projeção pode cair se os Estados Unidos mantiverem as tarifas sobre a importação de aço brasileiro, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Neto.

Neto disse ainda que é muito cedo para avaliar o impacto do aumento de tarifas pela China como reação à investida norte-americana. No entanto, pontuou que uma escalada das tensões comerciais pode ser "muito prejudicial" para a economia global.

A China elevou tarifas em até 25% sobre 128 produtos dos Estados Unidos, de carne suína congelada e vinho a certas frutas e nozes, ampliando a disputa entre as duas maiores economias do mundo em resposta às tarifas norte-americanas sobre as importações de aço e alumínio.

No fim de março, a Casa Branca anunciou que o Brasil terá isenção temporária das tarifas de 25% sobre aço e de 10% sobre alumínio enquanto negocia com o governo norte-americano exclusão definitiva das sobretaxas a produtos do país.

DESTAQUE

Em março, a compra de produtos importados foi forte especialmente na categoria de combustíveis e lubrificantes, com alta de 46,5% sobre igual mês do 2017. Também subiram as importações de bens de capital (+20,5%), bens de consumo (+16,4 %) e bens intermediários (+12,2%).

O desempenho das exportações também foi positivo em todas as categorias, puxado pelo avanço de 16,8% em semimanufaturados. Neste caso, o destaque ficou com a venda de celulose, com alta de 92,1% sobre março do ano passado, a US\$ 765 milhões.

Já as exportações de básicos subiram 8,4%, ao passo que na categoria de manufaturados o crescimento foi de 8,3%.

BC está trabalhando para reduzir custo do crédito, diz Ilan

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou nesta segunda-feira, 2, que a autoridade monetária está trabalhando para reduzir o custo do crédito. Ele lembrou que a taxa de juros média da economia está em torno de 21,7% ao ano, segundo o indicador de Custo de Crédito de fevereiro.

“As concessões de crédito estão começando a subir”, garantiu Ilan Goldfajn, durante o seminário “A retomada do crescimento”, promovido pelo Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas, no Rio.

“Um fenômeno muito importante do ano passado que é o mercado de capitais teve papel de substituir a fonte de financiamento das empresas”, citou, lembrando que as emissões de debêntures e notas promissórias cresceram 90%, embora tenham sido ajudadas pela base de comparação fraca do período de recessão.

O presidente do BC enumerou outras medidas que o Banco Central conduziu no sentido de avançar na agenda da autoridade monetária, como a aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP) para os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), marco legal punitivo, liquidação centralizada de arranjos de pagamentos, registro eletrônico de garantias e mudança no rotativo do cartão de crédito, que resultou em taxa mais baixa ao consumidor.

“Muitos dos avanços que ocorreram foram avanços de décadas. A mudança na TLP (em substituição à TJLP) é uma mudança estrutural”, declarou Ilan.

Quanto às ações ainda em andamento, ele ressaltou as discussões em torno do projeto de lei sobre a autonomia do Banco Central e a criação do cadastro positivo. “O cadastro positivo significa que a sua informação pode ser democratizada e não ficar apenas em dois ou três bancos”, defendeu.

Ilan: País precisa continuar com ajustes e reformas para manter inflação baixa

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que a autoridade monetária prevê uma recuperação consistente da atividade econômica este ano, mas que há riscos no radar.

“Para 2018, esperamos recuperação consistente da economia, com inflação em direção às metas. Mas há riscos. O cenário internacional encontra-se benigno, mas não podemos contar com essa situação perpetuamente”, disse.

Ilan disse que houve avanços significativos e estruturais na agenda do BC, mas que o Brasil precisa continuar no caminho de ajustes e de reformas para manter a inflação baixa, a queda dos juros estruturais e a recuperação sustentável da economia, durante o seminário

“A retomada do crescimento”, promovido pelo Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

“Temos uma agenda cheia, que vai além desse ano. É um legado para o futuro”, mencionou Ilan Goldfajn, sobre as medidas tomadas pelo BC.

Condições estão dadas para queda das taxas bancárias, diz Ilan

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou na manhã desta segunda-feira, 2, em entrevista à rádio Jovem Pan, que “as condições estão dadas para termos queda das taxas bancárias”. “Primeiro com Selic mais baixa, segundo com medidas do cartão de crédito”, acrescentou.

Ele lembrou que, no Congresso, há “várias medidas” em tramitação que buscam melhorar as garantias e reduzir os custos. “Tudo leva a crer que ao longo do tempo a taxa vai cair. Acredito que vão cair, mas de forma sustentada. Não de forma voluntariosa. Se cair, cai de vez.”

Ilan Goldfajn afirmou ainda que, para que o Brasil tenha uma taxa neutra próxima dos padrões internacionais, é preciso continuar “no processo de mais reformas e ajustes”.

“Sob o ponto de vista da política monetária, temos que manter inflação baixa, assim a gente garante que a taxa de juros também vai ficar menor”, ponderou o presidente do BC. “Se a gente conseguir isso, vamos ter mudança muito importante nos investimentos, taxas bancárias. Precisamos manter este caminho”, disse. “As nossas projeções dependem que a gente mantenha inflação baixa com a continuidade de reformas e ajustes.”

FGV: IPC-S ganha força em 5 das 7 capitais avaliadas na 4ª quadrissemana de março

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) ganhou força em cinco das sete capitais pesquisadas entre a terceira quadrissemana de março e o fechamento do mês, informou na manhã desta terça-feira, 3, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

No geral, o IPC-S acelerou de 0,14% para 0,17% no período. Em fevereiro, o índice fora também de 0,17%.

Por regiões, o acréscimo nas taxas foi apurado em Brasília (0,07% para 0,08%), Belo Horizonte (0,30% para 0,45%), Recife (-0,09% para -0,02%), Rio de Janeiro (0,34% para 0,47%) e Porto Alegre (0,09% para 0,14%).

Já Salvador (-0,04% para -0,17%) e São Paulo (0,14% para 0,10%) registraram decréscimo nas taxas entre a terceira e a quarta quadrissemana de março, informou a FGV.

Startup que incentiva feedbacks em empresas é acelerada no Vale do silício

03/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



Francisco de Mello, presidente da startup Qulture Rocks

Criadora de um sistema que incentiva a troca de feedbacks dentro das empresas, a startup brasileira Qulture Rocks chamou atenção da aceleradora de startups americana Y Combinator, uma das principais do mundo.

O serviço da companhia foi lançado por Francisco de Mello em 2016. Nele, empresas clientes criam rotinas para que os profissionais avaliem o desempenho uns dos outros, façam anotações, definam tarefas e objetivos e os administrem.

Também é possível que liderados deem feedbacks para seus líderes e colegas de departamento. O serviço também permite que qualquer um peça feedback para os colegas quando quiser, o que, segundo Mello, torna a conversa mais fácil.

Os comentários sempre são identificados —não são permitidas mensagens anônimas. O empreendedor conta que a ideia do negócio veio de insatisfação que tinha durante os 10 anos que trabalhou no mercado financeiro.

Ele diz que sentia falta de orientação sobre como se desenvolver e trabalhar melhor. Também faltavam explicações claras sobre quais as expectativas que tinham sobre seu trabalho.

Devido a essa inquietação, passou a estudar temas ligados à gestão de pessoas e, percebendo que as ferramentas da área poderiam ser colocadas em um produto, decidiu empreender, conta.

Atualmente a companhia tem 25 funcionários e 65 clientes, diz Mello. Desde janeiro ela participa do programa de aceleração da Y Combinator no Vale do Silício (na Califórnia, nos EUA), que termina neste mês.

A partir dele, a startup tem acesso a rede de executivos de destaque do mercado de tecnologia dispostos a dar conselhos e apoio às novas companhias.

Entre as startups que passaram por lá antes do sucesso estão Airbnb e Dropbox.

Com a experiência internacional, Mello decidiu mudar a sede da companhia para o Vale do silício. As vantagens de estar lá, segundo ele, são a disponibilidade de capital para investimento em empresas novas e a abundância de profissionais talentosos

A companhia também recebeu investimento de US\$ 120 mil (R\$ 400 mil) da aceleradora.

INVESTIDOR

Antes de começar sua empresa, Mello decidiu se aproximar do universo de startups investindo em companhias iniciantes.

Duas de suas escolhidas se tornaram famosas no mercado brasileiro: A Gympass, que vende acesso a desconto em academias credenciadas para empresas clientes, e a Creditas, de crédito a partir da internet.

Porém ele logo diz que ganhou pouco dinheiro com as apostas. Para criar sua própria empresa, vendeu a participação que tinha nas startups antes de elas chegarem ao sucesso. “Deixei na mesa uma boa grana”, conta com humor.

Anglo American precisará de 90 dias para inspecionar vazamento em mineroduto no Brasil

03/04/2018 – Fonte: Reuters

A Anglo American Plc precisará de cerca de 90 dias para concluir a inspeção em um mineroduto no Brasil que está com as operações suspensas por determinação do Ibama após um vazamento, informou a empresa nesta terça-feira.

A Anglo interrompeu as operações depois que um vazamento foi descoberto em 29 de março em mineroduto que transporta minério de ferro em forma de lama da mina para um terminal de exportação.

A empresa disse que o vazamento de polpa de minério de ferro não perigosa foi interrompido em oito minutos e não causou interrupção no suprimento de água local. A empresa disse que não houve feridos.

Um vazamento prévio levou a Anglo a suspender as operações do mineroduto de 12 a 27 de março que leva o minério da mina e da usina de beneficiamento, em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG) até o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), ao longo de um mineroduto de 529 quilômetros, que atravessa 33 municípios mineiros e fluminenses.

Etanol sobe em 19 Estados; preço médio no Brasil tem alta 0,49%

03/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os preços do etanol hidratado nos postos brasileiros subiram em 19 Estados brasileiros na semana passada, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas. Em apenas seis Estados e no Distrito Federal houve recuo e no Amapá os preços permaneceram estáveis.

Em São Paulo, principal estado produtor e consumidor, a cotação média do hidratado apresentou leve baixa de 0,03% ante a semana anterior, de R\$ 2,873 para R\$ 2,872 o litro. No período de um mês, os preços do combustível recuaram 0,49% nos postos paulistas. A maior alta no preço do biocombustível na semana passada, de 7,41%, foi em Mato Grosso. A maior baixa semanal, de 0,95%, ocorreu no Maranhão. Na média dos postos brasileiros pesquisados pela ANP houve reajuste de 0,49% no preço do etanol na semana passada.

Além de São Paulo, no período de um mês os preços do etanol recuaram apenas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. O destaque de alta mensal foi Mato Grosso, com 9,16% no período. Na média brasileira o preço do etanol pesquisado pela ANP acumulou alta de 0,69% na comparação mensal.

Mesmo com a disparada da semana passada, o preço mínimo registrado no período para o etanol em um posto foi em Mato Grosso, de R\$ 2,377 o litro, e o máximo individual foi de R\$ 4,739 o litro, no Rio Grande do Sul. O menor preço médio estadual foi de R\$ 2,813 o litro, também em Mato Grosso, e o maior preço médio também ocorreu no Rio Grande do Sul, de R\$ 4,012 o litro.

Gasolina

O valor médio da gasolina nos postos brasileiros subiu em 14 Estados na semana passada, segundo dados da ANP, compilados pelo AE-Taxas. Em outros 12 Estados e no Distrito Federal houve queda nos preços médios do combustível de petróleo.

Na média nacional, subiram 0,05% os preços médios entre as semanas, de R\$ 4,198 para R\$ 4,200. Em São Paulo, maior consumidor do País e com mais postos pesquisados, o litro da gasolina aumentou 0,10% na semana passada, de R\$ 3,988 para R\$ 3,992, em média. No Rio de Janeiro, o combustível saiu de R\$ 4,694 para R\$ 4,676, em média, recuo de 0,38%. Em Minas Gerais houve alta no preço médio da gasolina de 0,43%, de R\$ 4,445 para R\$ 4,464 o litro.

Etanol x gasolina

Os preços médios do etanol hidratado são vantajosos sobre os da gasolina somente em postos do Estado de Mato Grosso.

Com a alta de 2,65% na semana passada, o etanol perdeu a competitividade econômica em Goiás, segundo dados da ANP, compilados pelo AE-Taxas. O levantamento considera que o combustível de cana, com menor poder calorífico, tenha um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.

Em Mato Grosso, o biocombustível é vendido, em média, por 66,53% do preço da gasolina. Em Goiás a paridade passou de 68,53% para 70,18%. São Paulo, onde o etanol vale, em média, 71,94% do preço da gasolina, é o Estado onde o limite de paridade desfavorável entre o etanol e o combustível de petróleo está mais próximo dos 70%.

A gasolina é mais vantajosa no Amapá. Naquele Estado, o preço do etanol atinge 96% do cobrado em média pela gasolina.

Importação de automóveis cresce 48% após fim do Inovar Auto

03/04/2018 – Fonte: Agência Brasil



Sem o programa Inovar Auto, que sobretaxava compras de automóveis de fora do Mercosul e do México, a importação de automóveis cresceu 48% no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado, informou hoje (2) o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Nos três primeiros meses do ano, o Brasil importou 50.876 veículos de passageiros, contra 34.342 unidades no primeiro trimestre de 2017.

Em valores, o país importou US\$ 922 milhões em automóveis de passageiros de janeiro a março, alta de 76% na comparação com os US\$ 540 milhões importados no mesmo período de 2017. Atualmente, o governo negocia um novo regime automotivo, o Rota 2030, que não foi anunciado até agora.

De 2012 a 2017, o Inovar Auto cobrou alíquota adicional de 30 pontos percentuais de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos produzidos fora do Brasil. A exceção foram Argentina e México, com os quais o Brasil estabeleceu cotas de importação que podiam escapar da sobretaxa.

Com o término do Inovar Auto, no fim do ano passado, os demais países passaram a vender carros para o Brasil em condições de igualdade com México e Argentina. Mesmo assim, esses dois países concentraram 60% do crescimento das importações de veículos neste ano.

“Nossa análise mostra que a principal parcela do crescimento se dá em razão do aumento das compras internas, pois a origem são países que já têm acordo automotivo com o Brasil, como Argentina e México, e que não eram objeto de alíquota adicional”, disse o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Abrão Neto.

De acordo com Abrão Neto, entre os países sem acordo automotivo com o Brasil, que responderam pelos 40% de crescimento restante no primeiro trimestre, destacam-se a Alemanha, os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão.

O crescimento das importações em ritmo superior ao aumento das exportações fez o saldo da balança comercial recuar em março. No mês passado, o Brasil exportou US\$ 6,281 bilhões a mais do que importou, queda de 12% em relação ao saldo positivo de US\$ 7,136 bilhões em março do ano passado.

Para este ano, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços projeta superávit da balança comercial em torno de US\$ 50 bilhões, abaixo do saldo positivo recorde de US\$ 67 bilhões obtido no ano passado. Segundo Abrão Neto, o recuo deve-se à recuperação da economia, que está fazendo a população brasileira retomar o consumo de mercadorias importadas.

Apesar da alta nas importações de automóveis, o secretário diz que o crescimento das importações está sendo salutar porque parte da alta está se destinando à aquisição de bens usados na produção. Nos três primeiros meses do ano, a compra de bens de capital (máquinas e equipamentos) cresceu 18,2%, e a importação de bens intermediários (insumos) subiu 9,8% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Em contrapartida, a compra de bens de consumo subiu 18,8%.

BMW Motorrad terá peças de reposição impressas em 3D

03/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Programa inclui equipamento portátil, capaz de produzir peças durante viagem

A **BMW Motorrad**, divisão de motos da montadora, promete para setembro um sistema de impressão 3D que permitirá a criação de **peças de reposição** em qualquer lugar do planeta.

A fabricante vai escolher 250 concessionárias em todo o mundo para promover a estreia do iParts, um sistema integrado de impressão de componentes.

O método inclui um centro de processamento que permite a fabricação e a usinagem de peças grandes e complexas como engrenagens, comandos de válvulas e blocos de motor.

Peças menores como manetes, alavancas de câmbio, tampas de válvulas, garfos e mostradores poderão ser impressas pelos proprietários das motos usando uma impressora 3D portátil.

Isso poderá ser feito em casa ou durante a viagem. Para transportar a impressora na moto a BMW desenvolveu um baú 4,5 quilos mais leve que o convencional. Uma camada especial garante amortecimento, diminuição de ruído e vibrações, mesmo imprimindo componentes com a motocicleta em movimento.

Também foi possível integrar uma fonte de alimentação na parte interna da caixa para evitar cabos aparentes.

Os dados de projeto e as especificações do material necessário para a impressão da peça são fornecidos a partir da nuvem BMW iCloud, seja na casa do cliente, seja durante a viagem. Também é preciso uma boa conexão de internet.

Quem pretende pilotar em áreas onde não haja sinal de rede poderá utilizar o opcional iParts Explorer, que reúne dados sobre peças potencialmente necessárias. As informações podem ser salvas no smartphone antes do começo da viagem.

Além de criar peças de alumínio, aço e titânio, as impressoras iParts 3D da BMW também permitem a produção de peças plásticas.

Assim, um mostrador danificado em uma queda, por exemplo, pode ser substituído por uma versão impressa. Segundo a BMW, dá até para trocar um retrovisor rachado usando as impressoras 3D.

Volare deixa a fábrica de Planalto e passa a produzir em Ana Rech

03/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Marcopolo, dona da Volare, ainda estuda o que fazer com a planta, que completou 60 anos em 2017

A **Volare**, fabricante de mini e micro-ônibus, está operando desde fevereiro na **fábrica** localizada no distrito de Ana Rech, em Caxias do Sul (RS), após concluir a transferência de sua linha de produção da planta que funcionava no distrito de Planalto.

A mudança foi definida no ano passado pela Marcopolo, dona da Volare e da Neobus, para adequar suas operações após a queda de dois terços do mercado de ônibus no Brasil nos últimos três anos.

A empresa então começou uma série de estudos para avaliar a melhor forma de aproveitar a sua capacidade fabril em todo o País, a fim de reduzir a ociosidade, diminuir os custos operacionais e aproveitar as sinergias que poderiam contribuir com os negócios das três marcas.

Com isso, a fábrica de Planalto, a primeira das cinco que a Marcopolo possui atualmente, está vazia e sem operar. A empresa ainda não definiu o futuro da planta, que completou 60 anos em 2017.

Além dela, a encarregadora mantém outras duas unidades no distrito de Ana Rech, uma responsável pela produção dos ônibus com a marca Marcopolo e a outra, que se chama Neobus e que agora abriga a linha de montagem da Volare.

As outras duas fábricas que mantém no Brasil, uma em Xerém (RJ) e outra da Volare, em São Mateus (ES), seguem operando normalmente.

“Temos trabalhado fortemente com foco na segurança, qualidade e aplicação da filosofia lean e a metodologia kaizen para tornar todas as nossas plantas as mais

eficientes e produtivas possível”, destaca o diretor-geral da Marcopolo, Francisco Gomes Neto.

Segundo a empresa, todos os funcionários que trabalhavam na fábrica de Planalto, tanto os da área administrativa quanto os operadores da produção, foram integrados na unidade Neobus, de Ana Rech.